

## Interseccionalidade e rupturas dos modos de vida pelos rompimentos de barragem: reflexões a partir de uma mídia em aderência

Intersectionality and the disruption in the way of living by dam's collapses: observations as of the media in adherence

Interseccionalidad y disrupción de formas de vida por ruptura de presas: reflexiones de un medio en adhesión

*Simone Santos Oliveira*<sup>1,a</sup>

[simone@ensp.fiocruz.br](mailto:simone@ensp.fiocruz.br) | <https://orcid.org/0000-0002-1477-749X>

*Sergio Portella*<sup>2,b</sup>

[sportella@gmail.com](mailto:sportella@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-1514-7449>

*Laura Luna Katona*<sup>1,c</sup>

[lauralunakatona@gmail.com](mailto:lauralunakatona@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-8098-5115>

<sup>1</sup> Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Fundação Oswaldo Cruz, Estratégia Fiocruz para Agenda 2030. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>a</sup> Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

<sup>b</sup> Doutorado em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra.

<sup>c</sup> Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### RESUMO

É um importante desafio a compreensão do ambiente de violação de direitos a que estão submetidas populações atingidas pelo modelo de desenvolvimento extrativista da mineração. Damos foco aos rompimentos das Barragens de Fundão (Mariana) e Córrego de Feijão (Brumadinho), especialmente às mulheres atingidas – elo menos visível dessa cadeia. Além de enfrentarem desigualdade calcada nas relações interseccionais, imposta pelo capitalismo patriarcal, são as que mais lutam pela reconstrução dos seus modos de vida. O principal esforço deste artigo é dar visibilidade à realidade vivida por essas mulheres, suas redes de solidariedade e luta. Por meio da mídia aderente e alternativa do jornal *A Sirene*, análise documental e entrevistas, buscamos ouvir as vozes dessas mulheres que têm seus direitos negados e sua saúde comprometida em função do insistente descaso das empresas mineradoras. Utilizando os conceitos trazidos nos estudos de Veena Das, como conhecimento venenoso e sofrimento social, realizamos a análise dos resultados.

**Palavras-chave:** Barragem; Interseccionalidade; Mídia popular; Mineração; Violação dos Direitos Humanos.

## ABSTRACT

It is an important challenge to understand the environment of violation of rights to which populations affected by the mining extractive development model are subjected. We focus on the disruptions of the Fundão (Mariana) and Córrego de Feijão dams (Brumadinho), especially to the women affected – the least visible link in this chain. In addition to facing the inequality based on intersectional relations, imposed by patriarchal capitalism, they are the ones that fight the most for the reconstruction of their ways of life. The main effort of this article is to give visibility to the reality experienced by these women, their networks of solidarity and the fight. Through the adherent and alternative media of the newspaper A Sirene, document analysis and interviews we seek to hear the voices of these women who have their rights denied and their health compromised due to the insistent neglect of mining companies. Using the concepts brought up in the studies by Veena Das, such as poisonous knowledge and social suffering, we performed the analysis of the results.

**Keywords:** Dam; Intersectionality; Popular Media; Mining; Human Rights Abuses.

## RESUMEN

Es un desafío importante comprender el entorno de vulneración de derechos al que están sometidas las poblaciones afectadas por el modelo de desarrollo minero extractivo. Nos centramos en las interrupciones de las represas Fundão (Mariana) y Córrego de Feijão (Brumadinho), especialmente en las mujeres afectadas, el eslabón menos visible de esta cadena. Además de enfrentar la desigualdad basada en las relaciones interseccionales, impuesta por el capitalismo patriarcal, son ellos los que más luchan por la reconstrucción de sus formas de vida. El principal esfuerzo de este artículo es dar visibilidad a la realidad que viven estas mujeres, sus redes de solidaridad y la lucha. A través de los medios adherentes y alternativos del diario A Sirene, análisis de documentos y entrevistas, buscamos escuchar las voces de estas mujeres a quienes se les niegan sus derechos y se compromete su salud por el insistente descuido de las empresas mineras. Utilizando los conceptos planteados en los estudios de Veena Das, como el conocimiento venenoso y el sufrimiento social, realizamos el análisis de los resultados.

**Palabras clave:** Presa; Interseccionalidad; Medios populares, Minería; Violaciones de los Derechos Humanos.

---

## INFORMAÇÕES DO ARTIGO

**Este artigo compõe o dossiê Feminismos: perspectivas em comunicação e informação em saúde, parte 1.**

### Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: todos os autores.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: todos os autores.

Redação do manuscrito: todos os autores.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: todos os autores.

**Declaração de conflito de interesses:** não há.

**Fontes de financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Considerações éticas:** não há.

**Agradecimentos/Contribuições adicionais:** não há.

**Histórico do artigo:** submetido: 10 mar. 2021 | aceito: 1 jun. 2021 | publicado: 30 jun. 2021.

**Apresentação anterior:** não houve.

**Licença CC BY-NC atribuição não comercial.** Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

## INTRODUÇÃO

Entender o ambiente de violência e violação de direitos a que estão submetidas as populações mais diretamente atingidas pelos rompimentos das Barragens de Fundão (Mariana) e Córrego de Feijão (Brumadinho) não é uma tarefa fácil para quem não esteve em contato direto com os seus moradores e compartilhou as dramáticas do cotidiano. Esse é, portanto, o principal esforço deste artigo: fazer peso a favor dessas pessoas e colaborar com a rede de solidariedade e luta por seus direitos. Para isso, nos concentramos no elo menos visível dessa cadeia de exploração, as mulheres atingidas, que para além da desigualdade interseccional imposta pelo capitalismo patriarcal, são as que mais cuidam para que seu cotidiano e modos de vida sejam reconstruídos e que, para isso, não se furtam a estar na linha de frente da luta contra o descaso das mineradoras. Qual o lugar de desigualdade extrema, pela perspectiva interseccional, nessas cidades? Mulher, negra, pobre, atingida pela lógica neoextrativista violenta! (ZHOURY, 2019). Se este ser não luta pela sua existência, ele se torna primeiro um ser invisível e depois, prescindível, como define Butler (2020) em uma de suas conferências publicadas no livro *Sin miedo: Formas de resistencia a la violencia de hoy*. Ao se referir aos seres choráveis, aqueles que têm direito ao luto, diz:

As populações se dividem com frequência, com muita frequência, entre aqueles cujas vidas são dignas de serem protegidas a qualquer custo e aqueles cujas vidas são consideradas prescindíveis. Dependendo do gênero, da raça e da posição econômica que ostentamos na sociedade, podemos sentir se somos mais ou menos choráveis aos olhos dos demais (BUTLER, 2020, p.30).

Assim, estar vivo e ter direito a definir os seus modos de vida têm que ser valorizados em sua profundidade vital para que a violência desse modelo de desenvolvimento, que tem na mineração seu acirramento máximo, possa ser compreendida. Safatle (2015) concorda que Canguilhem pode nos ajudar na profundidade necessária quando afirma que a vida se manifesta no humano com a produção de discursos, principalmente aqueles que nos permitem ir contra os discursos que limitam a própria vida.

Entendemos que a epistemologia feminista proposta especialmente por Dora Haraway, Judith Butler e María Lugones faz esse trabalho de ir contra os discursos limitadores de vidas e negadores de existências. Ao contrário das epistemologias produzidas pelos homens, brancos, ocidentais, que se colocam como aéreas, interplanetárias e que brincam de deus, essas epistemologias buscam um saber localizável e marcado, e se recusam a aceitar a neutralidade, a objetividade, a racionalidade e a universalidade da ciência dominante que sustenta o atual modelo de desenvolvimento irresponsável (HARAWAY, 1995). Essa postura permite compreender o porquê da específica recusa dessas epistemologias em aceitar as generalizações e universalidades sobre o ser mulher, associado ao sexo biológico e às definições de gênero (BUTLER, 2020). Uma sutileza que também nos permite entender a afirmação de María Lugones sobre a invisibilidade das mulheres não-brancas colonizadas, a qual, pela interseção atomizada e categorial moderna entre mulher e negro, por exemplo, produz a ausência do lugar das mulheres negras, uma quase-inexistência (LUGONES, 2014). Por isso o conceito integrador de interseccionalidade, de raça, gênero e classes, é tão importante nessas visões.

O conceito de interseccionalidade constrói as bases para a teoria do sistema moderno decolonial de gênero (LUGONES, 2014) que irá permitir localizar e integrar esse ser que resiste, que hora é mulher, outra negra, outra colonizada, esfacelada no sistema patriarcal de gênero. As mulheres lutadoras dos movimentos contra as mineradoras podem aí ter o seu lugar reconhecido e defendido. Para isso, localizamos na mídia aderente e alternativa do jornal A Sirene, que acompanha o coletivo de atingidos por barragens desde fevereiro de 2015, uma coletânea de depoimentos desses seres invisibilizados pelo modelo neoextrativista mineral e violento.

O conceito de aderência e não-aderência foi desenvolvido por Yves Schwartz (2009) no âmbito da reflexão sobre a atividade humana, destacando que a produção de saber que gera as normas para a atividade nunca poderá antecipar a sua singularidade, que acontece no aqui e agora. Assim, em algum grau, as normas (saberes genéricos) estão em desaderência com o agir humano. Lançando mão desse conceito, entendemos que a mídia desaderente é aquela que favorece a produção de assimetrias, contribuindo para deixar à margem grupos populacionais, excluídos de seus direitos. Uma mídia aderente seria aquela que, no ato de comunicar e na produção de seus saberes, reconhece e valoriza a singularidade da vida humana.

O papel do jornalismo diante de um acontecimento crítico inclui a comunicação dos riscos, alertas, descrição dos fatos e impactos sofridos pelo território atingido, mantendo o público informado. Queiramos ou não, as agências noticiosas e os jornalistas são componentes essenciais no ecossistema de comunicação de riscos e desastres, assumindo um papel central como canais de disseminação de alertas e mensagens, como fonte de informação e para o engajamento do público nas ações de reparação (HOUSTON; SCHRAEDLEY; WORLEY; REED *et al.*, 2019). No entanto, uma mídia desaderente ao território acaba naturalizando o evento crítico. Um procedimento praticado quase que automaticamente por mídias e jornalistas, desconectando os nexos sócio-históricos, do evento crítico em si.

Esse procedimento de naturalização no ato de comunicar desastres faz parte de um movimento mais amplo que envolve toda a sociedade impactada, em que a imprensa cumpre um papel crucial, imediato, histórico, diverso, complexo e contraditório. Se a ameaça é natural e possibilita um desastre, a delimitação do quando e onde faz parte do ato de naturalizar o desastre e, assim, contê-lo dentro de um nicho espaço-temporal que evite externalidades e atinja perigosamente a gestão política do território em desastre. Quando o disparador do desastre é a ameaça tecnológica, encontramos o inverso. A externalidade é bem-vinda, pois é ela que pode naturalizar o evento! Mas, nos dois casos, a grande mídia trabalha pela naturalização (PORTELLA, 2017). No entanto, mesmo naturalizando os eventos, quando a imprensa deixa de noticiar um ambiente de desastre, esta acaba por perder muito de sua capacidade resiliente de reconstrução. Assim, aos atingidos, e em especial, às atingidas, resistir e lutar também inclui a capacidade de se comunicar e produzir discursos em canais próprios de mídia aderente como o jornal A Sirene. Em nosso esforço de apoiá-las, construímos uma análise desse *corpus* de discursos a favor da vida.

## ROMPIMENTOS DE BARRAGENS E DE MODOS DE VIDA

No esforço para compreender a violência do sistema minerário internacionalizado, Dora Haraway é nossa aliada ao defender uma nova objetividade, uma nova visão, que não se utilize do “truque de deus”: visão que parece tudo abranger de um ponto de vista não marcado, não localizável, do senhor, homem, único, “que apropria e ordena toda a diferença” (HARAWAY, 1995, p. 27). O saber que surge desse truque divino de um ser não marcado, sofisticado pelo militarismo, capitalismo, colonialismo e pela supremacia masculina, segundo Haraway, é perverso e violento porque busca distanciar o ser que conhece de tudo e de todos no interesse de um poder excessivo. Contra ele, a autora propõe o saber localizado, pois o único modo de se encontrar “uma visão mais ampla é estando em algum lugar particular” (HARAWAY, 1995, p. 33) e que possui uma moral simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva e responsável com o território em que se vive. Tal perspectiva quer apenas “um mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” (HARAWAY, 1995, p. 16).

Temos, então, uma disputa de projetos de mundo diversos: um que utiliza do truque de deus para atingir um poder excessivo de dominação e o outro que o desmascara, apontando a violação de direitos, a falta de cuidado e sua insustentabilidade para com todos.

Esse primeiro projeto de mundo, do qual é fruto o sistema minerário internacional, se caracteriza por uma exploração excessiva dos recursos naturais e humanos de determinado território, utilizando intenso conhecimento científico e tecnológico em suas atividades e sofisticada logística para transporte de seus produtos, alinhado aos interesses transnacionais globalizados (PORTELLA, CASTRO, 2019). Como a preocupação maior deste modelo é com seus clientes e acionistas transnacionais, as suas operações são realizadas em grande desaderência (SCHWARTZ, 2009) ao território onde a atividade exploratória acontece. Quanto mais desaderecente é a sua produção com relação à sua população e ao território em que se realiza, mais riscos tendenciais temos, mais perigos e mais criticidade socioambiental, condicionados por vulnerabilidades territoriais. Esse modelo em pleno vigor nos últimos 15 anos no Brasil não para de se expandir e é ele que ostenta a assustadora média brasileira de um grande desastre com barragens a cada dois anos. Mariana (2015) e Brumadinho (2019) estão nessa marca acompanhadas do rompimento em Barcarena (2018), não surpreendentemente nos dois estados que mais exportam minérios no país, Minas Gerais e Pará. Desastres sistêmicos e que estão associados ao modelo neoextrativista vigente no país.

Na tarde do dia 5 (quinta) de novembro de 2015, ocorreu o grande crime social e ambiental no município de Mariana, Minas Gerais, causado pela mineradora Samarco Mineração S.A., empresa pertencente à Vale e à BHP Billiton. As barragens de Fundão e Santarém, de propriedade da Samarco, localizadas a 35 km do município de Mariana e a 125 km de Belo Horizonte (MG), romperam-se no alto das montanhas, causando uma enxurrada de lama de 55 a 65 milhões de m<sup>3</sup> de resíduos da mineração que matou 20 pessoas. Ela destruiu moradias, escolas, plantações, infraestrutura, contaminou toda água do rio Doce, levando à morte de animais e a totalidade dos peixes (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

A vida ao longo dos 880 km do rio Doce foi largamente comprometida. A lama chegou ao mar da cidade de Regência (ES), dia 22 de novembro, após 17 dias do rompimento. De maneira geral, cerca de um milhão de pessoas que vivem em 16 municípios ao longo do rio Doce foram atingidas. Especialistas apontam que levará décadas (de 30 a 50 anos) para a recuperação do rio e das áreas de terra soterradas, e muitas delas estão se tornando ‘desertos’ cobertos de lama tóxica. Para muitos, os danos são irreparáveis e muitos modos de vida, perdidos: indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, de arranjos econômicos e culturais, no campo e urbanos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Para os índios Krenak, o espírito do rio morreu (KRENAK, 2019).

Por volta das 12h30 do dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho, Minas Gerais, a cerca de 60 km de Belo Horizonte, romperam-se algumas barragens da mina Córrego do Feijão, pertencentes a mineradora Vale. A maior delas, a Barragem I, tinha 87 metros de altura e continha cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, que escorreram rio abaixo. Entre mortos e desaparecidos, são pelo menos 270 pessoas, além de milhares de atingidos ao longo do rio Paraopeba, afluente do rio São Francisco irremediavelmente contaminado pela lama tóxica. Ao todo, cerca de 600 mil pessoas estão com o abastecimento de água comprometido nestas cidades. Este é, até agora, o segundo maior rompimento de barragens no mundo com óbitos, ficando atrás apenas de outro grave episódio que aconteceu na Bulgária em 1966 e vitimou 488 pessoas (ARMADA, 2021).

Processualmente, a questão preocupante são os impactos na saúde: doenças relacionadas a transtornos de ansiedade, depressão, insônia, estresse; doenças de pele, alergias derivadas da contaminação do rio e do ambiente; doenças no sistema respiratório pelo contato com a poeira da lama; infestação de mosquitos e outros insetos pelo desbalanço ecológico, como surtos de dengue e febre amarela (PEIXOTO; ASMUS, 2020; NEVES; ROQUE; FREITAS; GARCIA, 2018).

O *modus operandi* das empresas ao atuar no tratamento aos atingidos e populações em seus territórios impede a participação no processo decisório com objetivo de minimizar os custos das operações, reparações e danos numa busca de autopreservação da imagem mundial da empresa, mas também para não criar

jurisprudência para futuros rompimentos e reparações com relação a extensa rede de barragens no país, sendo 735 somente em Minas Gerais. Só dessa forma se explica que em Mariana, depois de cinco anos, as negociações não tenham chegado a bom termo, apesar das dezenas de bilhões de reais disponíveis no fundo administrado pela Fundação Renova, criada especialmente para reparar, com gastos milionários em campanhas publicitárias e ainda assim nenhuma casa entregue (PORTELLA, CASTRO, 2019).

O caso da Fundação Renova merece destaque. Ela surge em março de 2016, fruto de um acordo designado Termo de Transição e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre a Samarco, Vale e BHP (mineradora anglo-australiana) e, também, por diversas instituições e órgãos do governo federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Fundação Renova organizou taticamente e juridicamente um conjunto de ações, que a Vale e seus executivos seguiam com os anos de experiência em operações neoextrativistas de maneira menos sistemática, mas que, a partir de Mariana, ganhou um novo patamar dentro da logística de exploração da empresa. Situação que vemos se repetir dois anos depois em Brumadinho, após acordo da empresa com o governo de estado, criando um fundo de 37 bilhões de reais para reparação. Os movimentos de atingidos e o Ministério Público se recusaram a ter algo semelhante à Renova em seu território.

Essas táticas de ação ficam profissionalizadas na Fundação Renova, algo que, na verdade, não era novo para a Vale, mas que em geral acontecia longe dos olhares dos públicos e dos movimentos ativistas, como no Complexo de Carajás ou em Leopoldina, ambos no Pará. Verdadeiros laboratórios de captura territorial, que envolvem não só os minérios e suas minas e suas logísticas de escoamento, mas também subsolo, solo, ambiente e corpos (COELHO, 2015). A Fundação Renova leva esse controle a um novo patamar, porque até o desastre é absorvido em suas ações com a criação do Museu em Mariana, que conta detalhada e sofisticadamente o rompimento de Fundão, impondo a sua versão do crime associada a ações educativas para crianças e jovens. A Fundação Renova captura a própria memória popular de seu crime com o objetivo de desqualificar a resistência.

Cabe destacar um trecho do manifesto da Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMa-MG) sobre a defesa das mulheres lutadoras

No tempo presente as repressões e a criminalização das lutas sociais e sobre os lutadores e lutadoras tem se agravado. (...) Essas repressões e criminalizações incidem fortemente sobre as mulheres lutadoras sociais. São mães, esposas, irmãs, filhas que se põem na luta e resistência, mas que são expostas e submetidas a situações de machismo, sexismo e racismo por parte das mineradoras e suas equipes de trabalho que atuam nos processos de reparação, e também por parte do poder policial que intervém nas atividades de denúncia e resistência protagonizadas pelas comunidades e por estas mulheres. O acirramento entre diferentes visões de mundo foi agravado pela pandemia. (FLAMA-MG, 2020)

Localizar este ser interseccional, que é mulher, negra, colonizada e atingida pela lógica minerária, exige ter atenção metodológica e visibilizar seus discursos, produzir entrevistas e documentos, além do estudo de mídias aderentes como a expressa no jornal A Sirene.

## PERCURSO METODOLÓGICO PARA VALORIZAR A VOZ DAS ATINGIDAS

Ironicamente, nesse sistema patriarcal capitalista decolonial sofisticado, Haraway faz uma observação interessante que justifica porque consideramos a visão subalterna das mulheres atingidas privilegiada:

Os subjugados têm uma possibilidade decente de reconhecer o truque de deus e toda a sua brilhante - e, portanto, engeuecedora - iluminação. As perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo (HARAWAY, 1995, p. 23).

Parte de uma pesquisa maior que busca dar conta de vários aspectos dos crimes de rompimentos de barragens, este artigo trata das visitas a campo para realização de entrevistas com atingidos e atingidas em Mariana e Brumadinho, nas quais, além de levantamentos de documentos, analisou-se o conjunto de edições do jornal A Sirene. Neste artigo, lançamos mão apenas da entrevista concedida por Mirella, em 05/02/2021, atingida de Ponte do Gama. O levantamento documental foi realizado a partir de pesquisas refinadas no sistema do Google, encontrando material analítico em websites de jornais e de fundações.

O jornal A Sirene é uma mídia aderente aos movimentos dos atingidos, publicado mensalmente desde fevereiro de 2016, contando até o momento (março de 2019) com 59 publicações. A equipe composta por oito pessoas – quatro jornalistas profissionais, um bolsista da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e três atingidos, sendo dois repórteres populares formados nas oficinas jornalísticas realizadas na região – responde a um Conselho Editorial formado por atingidos (hoje, em número de quatro), um representante do Movimento Atingidos por Barragem (MAB) e o padre diocesano de Mariana. A publicação é feita em papel e em formato digital por meio de uma colaboração entre instituições, coletivos, estudantes de comunicação da UFOP e atingidos todo dia cinco do mês. Jornalistas, movimentos sociais e a comunidade atingida assinam juntos todas as respectivas reportagens e somente é publicado o material acordado por esse coletivo. O financiamento em seu início se deu pelo apoio de várias pessoas, professores, comerciantes, donos de cartório e, posteriormente, a partir de recursos enviados a Mariana por dioceses do Brasil. Como hoje esses recursos estão terminando, o financiamento do jornal é um dos principais desafios para sua continuidade. O custo mensal gira em torno de R\$ 15 mil reais.

O jornal possui em média 16 páginas, exceto em edições especiais, quando sua extensão varia de acordo com as demandas e as propostas específicas da edição. As seções fixas são: ‘A gente explica’, explicações legais sobre os temas de reparação com representantes do Ministério Público e ‘Papão de Cumadre’, que não segue a norma culta da língua e busca retratar o modo de falar de algumas pessoas da região, expressas nas vozes das personagens Concebida e Cremilda, que conversam sobre temas críticos, coluna assinada por Sergio Papagaio, um dos editores do jornal, atingido de Barra Longa e repórter popular, formado nas próprias oficinas jornalísticas. Os editoriais são o fio condutor das edições e espelham as decisões da equipe do jornal por suas pautas.

Após leitura das 59 edições do Jornal A Sirene (2016 a 2021), foram selecionadas 19 que abordavam questões sobre as mulheres atingidas. Dentre essas 19, duas são dedicadas exclusivamente aos assuntos relacionados às mulheres: a edição número 01, de março de 2016, e a edição número 34, de janeiro de 2019. Em uma perspectiva mais geral, as tônicas principais e mais comuns desse conjunto selecionado de edições somam 77 excertos que compõem o *corpus* de análise desse estudo: mulheres atingidas (29 excertos), assédio (10), participação na luta (15), memória (12), questões de trabalho (10) e saúde (10).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que temos, na maioria das vezes, são populações e comunidades atingidas por eventos extremos convertidas em vítimas serializadas e desterritorializáveis. As pessoas são declaradas vítimas e segregadas em instituições que as despojam de tudo o que as torna reconhecíveis como cidadãos. Os que perderam o emprego, a moradia e a família passam a ser tutelados até serem, muitas vezes e por fim, abandonados pelas políticas públicas, que muitas vezes tendem a dessocializar e despolitizar a sua condição.

Em diversas regiões onde grandes empreendimentos como hidrelétricas e mineradoras são instalados e ocorrem rompimentos de barragens, observa-se que as mulheres são as mais afetadas pela problemática da violação de direitos, sendo elas mais expostas às violências (MULHERES..., 2013). Devido ao nosso modelo de desenvolvimento ter as suas bases construídas sobre o patriarcalismo e a racialização, as mulheres sofrem também com a falta de reconhecimento nos processos de reparação.

Dessa forma, o processo de engajamento na luta nem sempre é fácil para as mulheres. Se as dimensões de gênero, raça e classe social já confere a elas uma situação de discriminação em relação à mineração, isso se intensifica quando se adiciona a condição de defensoras de direitos humanos e do meio ambiente.

A realidade cotidiana comprova que existe uma forte violação de direitos das mulheres atingidas. Estudos feitos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) destaca a invisibilidade, a desqualificação e perda do trabalho, o silenciamento em espaços deliberativos, o não reconhecimento como atingidas pela empresa, a perda dos laços comunitários e familiares, o aumento de conflitos e violências. Por essas e tantas razões, elas lutam. Uma luta que diariamente se faz necessária. (QUEIROZ; REIS; SANT-ANA; SANTOS, 2017, p. 10).

A dicotomia do capitalismo patriarcal entre o espaço público como o espaço de produção e espaço dos homens, e o espaço privado como espaço de reprodução e das mulheres, faz com que a luta política não seja vista como um lugar das mulheres. Frequentemente, mulheres engajadas na luta contra a mineração são vistas como se estivessem fora do seu lugar e ficam mal-vistas na sua comunidade. Quando inseridas em coletivos de luta por direitos, as mulheres começam a protagonizar espaços e a estar mais fora de casa. Muitos casamentos não sobrevivem a essas mudanças. Segundo Lugones (2014), essas mulheres são inferiorizadas pelo capitalismo global e sofrem a violência do Estado, do patriarcalismo e, mais ainda, de um patriarcado branco, reforçado pelas políticas de reparação.

Eu pescava, eu e meu marido, pro sustento do lar, mas, quando sobrava a gente vendia. Era um dinheirinho extra que entrava. Os peixes que a gente pescava ajudava no orçamento da casa. Agora vai fazer o quê? Abalou a gente, foi uma coisa assim, sem esperar. Eu estou tomando remédio de depressão depois disso aí, porque era um lazer que a gente tinha, aquela paisagem para distrair. Agora não tem como, acabou. Eu fiz o Cadastro em dezembro e ainda não fui reconhecida. Eles não dão previsão de quando dar retorno, só ficam enrolando a gente. (CASTRO; GOMES; AGOSTINA; SILVA *et al*, 2018, p. 9).

Eu trabalhava na minha casa. Fazia corte de cabelo, escova, penteado, manicure, pedicure. Eles falaram que eu não tinha direito porque não tinha sido deslocada, mas quem são eles pra falar o que eu tenho direito ou não? A minha renda era pra minha família. Toda vida, eu fui mãe e pai pro meu filho. Era com o meu dinheiro que eu pagava estudo, comprava roupa e calçado pra ele. Tudo era eu que pagava. (CASTRO; GOMES; AGOSTINA; SILVA *et al*, 2018, p. 9).

A Renova oferece indenização para os atingidos, mas, para adquirir esse direito, é preciso fazer o cadastro na fundação para a análise do perfil. Em muitos casos, mulheres não conseguem obter essa reparação por serem consideradas dependentes de homens próximos, ou seja, marido, pai, irmão, tendo sua individualidade e independência contestada. No jornal A Sirene, verificam-se diversos relatos de mulheres que não foram aprovadas pela fundação para receber a indenização, apesar de trabalharem junto com seus maridos e não serem consideradas “chefe de família”:

Além do desafio de não serem reconhecidas como trabalhadoras pelas empresas causadoras dos danos ao serem consideradas como dependentes dos maridos no processo de cadastramento, as mulheres também sofrem com o assédio dos trabalhadores das terceirizadas contratadas para atuar nas comunidades. A chegada de tantos homens nas cidades de Barra Longa e Rio Doce alterou o cotidiano dessas mulheres e trouxe novos problemas para regiões que já sofreram tanto com o crime das mineradoras. (BEATRIZ; PAULA; RAFAELA; SÍLVIA *et al*, 2019, p. 7).

Mesmo com essas dificuldades, as mulheres atingidas tomaram a frente do movimento de resistência participando ativamente de todas as questões que abordam o tema e se posicionando assiduamente em busca de melhoria e reparação. Muitas delas, além de trabalharem para sustentar a si mesmas e suas famílias, também cuidam de seus filhos e parentes e lutam pelos direitos da comunidade atingida. Em entrevista, Mirella exclama “nós sabemos que várias mulheres ainda têm uma dupla jornada de trabalho,

mas as mulheres atingidas têm uma tripla jornada de trabalho, sim, uma tripla jornada”, ou seja, existe um desgaste maior por serem responsáveis por muitas atividades e ainda por tomarem a iniciativa de assumir o comando desses protestos.

Lá em casa me chamam de Dona Barragem. Reclamam que agora só sei falar disso, que, desde o rompimento, não paro mais em casa. Sou da comissão dos atingidos de Paracatu. Junto com mais de quarenta mulheres, participei do curso de formação de promotoras populares de defesa comunitária, realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Foi ótimo poder voltar a estudar, trocar experiências e conhecer a história de vida de outras mulheres. Minhas colegas de turma dizem que, quando precisarmos de ajuda aqui em Mariana, é só chamar que elas vêm. Brinco dizendo que estamos igual a pokémon, evoluindo sempre. Com esse diploma, identifico problemas na minha comunidade e os levo até a entidade responsável. Além do mais, o conhecimento obtido no curso tem me ajudado na busca pelos direitos dos atingidos. Como diz o lema das promotoras populares: ‘Mulher bonita é a mulher que luta!’ (QUEIROZ; REIS; SANTANA; SANTOS, 2017, p.11).

Nessa dominação territorial temos um confinamento em cascata, que vai do território minerado ao território em desastre, atinge as mulheres no cerceamento do espaço público ocupado pelos novos trabalhadores das mineradoras e as força a um recolhimento domiciliar para evitar o assédio e a violência.

Essa dominação, no caso das políticas de comunicação da Fundação Renova, atinge até os espaços simbólicos das cidades e seus lugares de memória, incluindo os relativos aos desastres. As mulheres atingidas são expropriadas de suas histórias e de sua dor.

Nesses termos podemos utilizar o conceito de ‘sofrimento social’ utilizado por Veena Das (2020). Para a antropóloga, a construção de problemas humanos tem sua origem e suas consequências em eventos críticos que as formas sociais infligem à determinada experiência humana, em geral criando populações violentadas e excluídas socialmente. Para além de um processo individual, o ‘sofrimento social’ engloba “experiências de dor, trauma e distúrbios” (CARVALHO, 2008, p. 10) em um aspecto comunitário, associado a questões sócio-políticas de violência e opressão.

Estar na luta é uma situação muito difícil. Ela atropela as minhas atividades como filha. Hoje, tenho um pai que está com depressão, uma mãe que está na linha de frente e que precisa de apoio. Tenho minha vida como estudante, que também está sendo atropelada por esse processo. Tenho amigos, mas não sobra muito tempo pra me dedicar a eles. É bem difícil ser uma mulher - no meu caso, uma jovem mulher, uma mulher recente - e estar no meio desse processo todo, aprendendo muito, às vezes quebrando a cara, mas sempre forte. (RODRIGUES; OLIVEIRA; D’ÂNGELO; LINO *et al.*, 2019, p.10)

De acordo com Das (2020), pode-se observar que, no desdobrar do ‘sofrimento social’, há o contrariar da vida costumeira, cotidiana, de forma que o que um dia foi o normal, deixa de ser: o trauma, que desencadeia o ‘sofrimento social’, faz todo um grupo experienciar uma dor coletiva, que afeta toda a comunidade.

Cresci em Pedras. Lá trabalhei na roça e estudei até a quarta série. Aos 16 anos me mudei para Mariana para ajudar minha irmã durante a gravidez. Comecei a trabalhar como babá e cuidadora de idosos. Aos 18, conheci meu primeiro marido, com quem tive um filho, Odilon. Após 16 anos de casados, nos divorciamos. Decidi concluir o ensino médio e fui trabalhar como manicure e cabelereira. Me casei de novo. Quando a barragem rompeu, minha vida mudou outra vez. Minha mãe perdeu tudo. Agora, sou eu quem luto pelos direitos dela e de meus irmãos que moravam em Pedras. Os funcionários da Samarco me questionam: “Você perdeu o quê?”. Hoje eu sou a Marlene que vive sob estresse, que emagreceu que vai à psicóloga, que não tem tempo para o marido e o filho. Mas não vou desistir do meu objetivo, que é correr atrás dos nossos direitos. Não só da minha família, mas da comunidade de Pedras. Como membro da comissão dos atingidos de pedras e promotora popular de defesa comunitária, eu vou correr atrás. (QUEIROZ; REIS; SANTANA; SANTOS, 2017, p. 10)

Mudei para a cidade de Rio Doce com 10 anos. Nunca quis sair daqui porque era um lugar tranquilo, onde ninguém te amola, mas, depois dessa lama, nossa vida mudou demais. No dia em que ela veio, tinha deixado meus equipamentos do garimpo escondidos no meio

do mato, porque ia voltar pra garimpar no outro dia. Minha bateia e minha banca foram levadas embora. Fui pra perto da ponte e vi a lama trazer árvores, móveis, bichos e corpos junto com ela. Depois desse dia, acabou o rio, a pesca e o ouro. Quando a gente descobriu que o azougue matava os peixes, paramos de apurar o ouro no rio. Agora essa lama acabou com tudo e ninguém faz nada. (ROCHA; SEVERINA; HELENA; FELIX, 2017, p. 14).

Na tragédia-crime do rompimento das barragens de Fundão e Córrego do Feijão, os atingidos se encontram na situação de ter que revivê-lo todos os dias, seja para reivindicar seus direitos ou para denunciar o ocorrido. Muitos, além de terem perdido suas residências, seus pertences e seus conhecidos, também tiveram seus planos de vida interrompidos por uma circunstância que demanda urgência e que, inclusive, impossibilita a busca de objetivos pessoais, profissionais e até afetivos. Exemplo disso é Mirella, mulher atingida pelo rompimento da barragem quando tinha apenas 17 anos e que teve os estudos na faculdade prejudicados constantemente por ter que participar de eventos, reuniões e atividades para buscar uma resolução mais justa para as vítimas desse crime ambiental. Em entrevista, ela diz “[...] *nossa vida deu pausa naquele dia cinco de novembro de 2015 e a gente não consegue dar um play porque não depende de nós querermos*”. Em outros termos, é como se os atingidos pela tragédia tivessem a vida suspensa e que houvesse um processo de superação que precisa acontecer para ser possível recuperar algum aspecto da ‘normalidade’, mesmo sabendo que é impossível que a vida volte a ser como era antes.

Considerando que o processo traumatizante do ‘sofrimento social’ acaba por interromper a vida cotidiana das vítimas do ocorrido, o movimento de retomar espaço na própria vida para desfrutar da rotina comum e ordinária pode se tornar o melhor recurso para aquela que sofre. Isso mostra que a vida ordinária revela a cura, assim como comenta a antropóloga no livro *Vidas e Palavras* ao destacar que a violência desce ao ordinário e o modifica definitivamente. Mas é necessário esclarecer que a busca da cura na rotina não significa ignorar o evento que rompeu a vida dessa comunidade:

É evidente que uma situação de violência não deve ser postergada ou desprezada, ao contrário, é essencial que seja discutido e prevenido, contudo, um trauma pode estagnar uma pessoa, impossibilitando-a de se movimentar e prosseguir com sua própria vida, e o mesmo ocorre com todo um corpo social que sofre uma violência em conjunto (DAS, 2020, p. 31).

Neste ponto, Das destaca outra característica que observou em suas pesquisas e que ela designa como ‘conhecimento venenoso’, em geral desenvolvido pelas mulheres que em seu silêncio buscam restaurar o cotidiano perdido. O ‘conhecimento venenoso’ é basicamente quando uma situação traumática envenena a mente e o presente da atingida, de forma que o pensamento da pessoa tenha sempre o ângulo baseado no evento que originou a comoção. A pesquisadora destaca que é daí também que pode vir a cura na busca da restauração do dia a dia, nas tarefas mais simples e de cuidado.

Quando a barragem rompeu, minha vida (...). Minha mãe perdeu tudo. Agora, sou eu quem luto pelos direitos dela e de meus irmãos que moravam em Pedras. Os funcionários da Samarco me questionam: ‘Você perdeu o quê?’. Hoje eu sou a Marlene que vive sob estresse, que emagreceu que vai à psicóloga, que não tem tempo para o marido e o filho. Mas não vou desistir do meu objetivo, que é correr atrás dos nossos direitos. Não só da minha família, mas da comunidade de Pedras. Como membro da comissão dos atingidos de pedras e promotora popular de defesa comunitária, eu vou correr atrás. (QUEIROZ; REIS; SANT-ANA; SANTOS, 2017, p. 10).

Dessa forma, no caso do rompimento da barragem, é evidente que o ocorrido colocou toda a comunidade em uma posição vulnerável, e que, assim, não é possível esquecer ou renegar o que houve, pelo contrário, o fato torna-se parte do desenvolvimento e das personalidades da comunidade que o sofreu, e que alterou a percepção de vida das atingidas.

*Essa ferida vai ficar aberta pra sempre eu acho, eu vou demorar pra superar, principalmente esse rompimento de Brumadinho... não foi aqui, mas principalmente pelo que aconteceu em Mariana ele acabou sendo bastante pesado pra Mariana também.* (Mirella, 2021).

No decorrer da vida, tudo que nos acontece nos molda como indivíduos pensantes e ativos, com opiniões e pontos de vista, então o evento crítico questiona essa compreensão da vida e da história, modifica e reorganiza o pensar, o compreender e o sentir o mundo. A violência do evento crítico, aponta Das (2008), mesmo silenciando as vítimas, permanece como um rumor, sempre identificável por elas, que permite a previsão do sofrimento. Para Veena Das, “se a maneira de estar com os outros foi brutalmente ferida, então o passado entra no presente não necessariamente como uma recordação traumática, mas como conhecimento envenenado” (2008, p. 244). Esse efeito pode acabar trazendo aprendizados para as pessoas, mas não significa que seja algo agradável. Mirella narra algo que costuma acontecer com ela:

*Então estamos esgotados, estamos cansados, estamos presos e a gente ainda não conseguiu o controle das nossas vidas de volta que foi tomado lá em novembro de 2015 então hoje, quando eu ainda faço alguma postagem sobre isso, muitas pessoas perguntam “mas Mirella porque você tá falando de uma coisa que aconteceu há 5 anos atrás?” Eu respondo, quando consigo porque às vezes já não consigo mais, “é porque isso ainda tá acontecendo, isso não acabou lá no dia 5, aquilo foi só o começo.” Todo dia após aquele foi uma constante renovação. Então a gente diz que é um crime que se renova, fazendo trocadilho com o nome da fundação que foi criada para reparar, mas que ao contrário, tudo que acontece é postergar esse sofrimento, então é o cansaço.* (Mirella, 2021).

Na fala da atingida fica evidente como há a sensação de que o acontecimento traumatizante se repete cotidianamente, ou, como ela mesma coloca, o evento ‘se renova’ até no nome da Fundação e, portanto, dificulta a sua superação. Acontecimento traumatizante que se caracteriza por – mesmo estando no passado – possuir a capacidade de invadir o presente e perturbar, a partir do sofrimento social, redes simbólicas e imaginárias (autoridade, nação, religião) que sustentam a vida social daquela coletividade (ORTEGA MARTÍNEZ, 2003). No entanto, não pudemos deixar de notar as muitas vezes que Mirella se levantou durante a entrevista para verificar cuidadosamente se seu irmão menor estava fazendo o dever de casa da escola. Ela sabe a importância de restaurar o seu cotidiano enquanto luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantos(as) mais terão que ser mártires para poder provar que esse sistema é errado? Que a vida não é só dinheiro? Quantos(as) mais vão chorar a morte dos seus(as) filhos(as), de familiares? (...) Mais uma vez, as sirenes não tocaram. E as mineradoras nunca sofrem as consequências, mas, sim, as comunidades atingidas. Hoje, parte de Córrego do Feijão, zona rural de Brumadinho, está enterrada debaixo da lama de rejeitos da Vale, e outra parte precisa lidar com a perda de familiares e amigos, e com um cotidiano que, antes, não era cercado por lama (QUEIROZ, 2019).

Há cinco anos do rompimento de Fundão e a dois, do Córrego de Feijão, apesar do grande abalo na opinião pública e divulgação midiática, com repercussão nacional e internacional, ainda são muitos os atingidos que lutam, até hoje, para reconquistar seus direitos brutalmente retirados. Utilizamos a análise de uma mídia alternativa, militante e aderente ao território para colaborar na visibilização das lutas das mulheres atingidas, buscando denunciar os transtornos vivenciados com a tragédia e o descaso com suas vidas. A produção de memória se faz imperativa para os grupos locais, sempre deslocados para discussões

mais globais com a perversa invisibilização de suas necessidades e sofrimentos, generalizados em discursos universalizantes e transnacionais. Um saber localizável e parcial é o que se impõe. No entanto, a invisibilidade das mulheres atingidas é um fenômeno nos eventos estudados, e somente a mídia mais aderente do Jornal A Sirene possibilitou a aproximação necessária para com a visão e as questões desse saber local. A grande mídia em seu processo de naturalização dos fatos, pela mediação do sofrimento, transforma a experiência real do sofrimento em uma sequência de paisagens para espectadores como se fosse um bem de consumo como descreve Das (2008).

As consequências para as atingidas e atingidos é nefasta, pois permite a interdição do que para Canguilhem (2011) é a possibilidade da vida e da saúde: a capacidade de criar e recriar novos modos de vida para lidar com o meio e suas infidelidades e instaurar novas normas em situações que nos são adversas.

Procuramos mostrar como o gênero, nos eventos críticos dos rompimentos das barragens, é acionado como uma gramática que autoriza a violência do Estado e das empresas. E utilizamos as epistemologias feministas para realçar, nessas experiências de crimes e danos ambientais, a importância do conceito da interseccionalidade, para que se faça justiça social, justiça cognitiva (reconhecimento dos diferentes saberes), e justiça de gênero e raça. E concordamos que necessitamos de metodologias capazes de localizar seres invisibilizados pelo desenvolvimento capitalista patriarcal decolonial, mulheres não brancas colonizadas atingidas por rompimentos de barragens.

A maior violação de direitos se expressa na falta de participação das atingidas e atingidos nas instâncias decisórias e na falta de responsabilização dos poderes públicos que entregaram superpoderes à Fundação Renova, permitindo às mineradoras capturar a soberania dos territórios e dos corpos. Em sua violência, a mineradoras capturaram, por fim, o que atingidos e atingidas têm de mais pessoal, digno e íntimo, suas histórias e suas dores. Cidades sitiadas e vidas paralisadas.

## REFERÊNCIAS

ARMADA, Charles Alexandre Souza. Os desastres ambientais de Mariana e Brumadinho em face ao estado socioambiental brasileiro. **Territorium: Revista Internacional de Riscos**, Vilarinho, v. 28, n.1, p. 13-22, 2021. DOI: [https://doi.org/10.14195/1647-7723\\_28-1\\_1](https://doi.org/10.14195/1647-7723_28-1_1). Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/6392>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BEATRIZ; PAULA; RAFAELA; SÍLVIA *et al.* Chega de sofrer calada. **A Sirene: para não esquecer**, Mariana, a. 4. n. 34, jan. 2019. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/janeiro\\_2019\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/janeiro_2019_issuu). Acesso em: 12 nov. 2020.

BUTLER, Judith. **Sin miedo**: formas de resistencia a la violencia de hoy. Madrid: Penguin Random House Grupo Editorial España, 2020.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 9-18, set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zwfmd8ZfdXQbjHWhXYSmGGL/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CASTRO, Dalia Xavier; GOMES, Julita Celestina; AGOSTINHA, Marlene; SILVA, Rosária Conceição *et al.* Não reconhecidas. **A Sirene: para não esquecer**, Mariana, a. 3, n. 30, p. 9-10, set. 2018. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro\\_2018\\_a\\_sirene](https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2018_a_sirene). Acesso em: 12 nov. 2020.

COELHO, Tãdzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2015-Projeto-Grandes-Carajás.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Unifesp, 2020.

DAS, Veena. Sufrimientos, teodiceas, prácticas disciplinarias y apropiaciones. In: ORTEGA, Francisco (Org.). **Veena Das**: sujetos del dolor, agentes de dignidad. Bogotá: UNAL, 2008. p. 437-458.

FRENTE MINEIRA DE LUTA DAS ATINGIDAS E DOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO (FLAMA-MG). Manifesto da Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração. [S. l.], Facebook: flamamg, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/flamamg/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995, p. 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 jun. 2021.

HOUSTON, Brian; SCHRAEDLEY, Megan K.; WORLEY, Mary E.; REED Katherine *et al.* Disaster journalism: fostering citizen and community disaster mitigation, preparedness, response, recovery, and resilience across the disaster cycle'. **Disasters**, [s. l.], v. 43, n. 3, 2019, p. 1-22. DOI: <https://doi.org/10.1111/disa.12352>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/disa.12352>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. *E-book*. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MULHERES Atingidas. **Movimento dos Atingidos por Barragem**, [s. l.], 13 mar. 2013. Artigos. Disponível em: <https://mab.org.br/2013/03/13/mulheres-atingidas/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NEVES, Maila de Castro Lourenço das; ROQUE, Marco; FREITAS, André Augusto; GARCIA, Frederico (org.). **PRISMMMA**: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

ORTEGA MARTÍNEZ, Francisco A. Crisis social y trauma: perspectivas desde la historiografía cultural colonial. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Bogotá, n. 30, p. 45-96, 2003. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/17089>. Acesso em: 1 fev. 2021.

PEIXOTO, Sérgio Viana; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Frões. O desastre de Brumadinho e os possíveis impactos na saúde. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 72, n. 2, p. 43-46, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200012>. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252020000200012&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTELLA, Sergio. O desastre e a percepção da percepção social do risco: Mariana, pororoca de lama! **ClimaCom**, Campinas, v. 4, n. 9, 2017. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/o-desastre-e-a-percepcao-da-percepcao-social-do-risco-mariana-pororoca-de-lama/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTELLA, Sergio; CASTRO, Esteban. Confrontando a política da desigualdade na construção social dos desastres: o caso das barragens de rejeitos de mineração. **Informe de Política Pública**, [s. l.], n. 2, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://sandbox.zenodo.org/record/267677#.YMJXfqhKjIU>. Acesso em: 16 nov. 2020.

QUEIROZ, Luiza de. Editorial. **A Sirene: para não esquecer**, Mariana, a. 4, n. 38, p. 16, maio 2019. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/maio\\_2018\\_issue](https://issuu.com/jornalasirene/docs/maio_2018_issue). Acesso em: 12 nov. 2020.

QUEIROZ, Luiza de; REIS, Marlene dos; SANT-ANA, Mirella; SANTOS, Mônica. Mulheres na luta. **A Sirene: para não esquecer**, Mariana, a. 2, n. 15, jun. 2017. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_junho\\_ed15\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_junho_ed15_issuu). Acesso em: 12 nov. 2020.

ROCHA, Djanira; SEVERINA, Teresinha; HELENA, Maria; FELIX, Daniela. Mulheres do Garimpo. **A Sirene: para não esquecer**, Mariana, a. 2, n. 20, p. 14, nov. 2017. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20). Acesso em: 12 nov. 2020.

RODRIGUES, Carolina; OLIVEIRA, Leonina de; D'ÂNGELO, Maria do Carmo; LINO, Mirella *et al.* "Ser mulher é uma luta". **A Sirene: para não esquecer**, Mariana, a. 4, n. 36, p. 8-11, mar. 2019. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/03\\_mar\\_o\\_2019\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/03_mar_o_2019_issuu). Acesso em: 12 nov. 2020.

SAFATLE, Vladimir. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 335-367, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662015000200005>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/103333>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SCHWARTZ, Yves Raymond. Produzir saberes entre aderência e desaderência. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 3, 2019, p. 264-273. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4959>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ZHOURY, Andréa. Violência, memória e novas gramáticas da Resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 16, n. 32, p. 51-68, ago-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v16n32p51-68>. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13239>. Acesso em: 10 jun. 2021.